

A Ação Integralista Brasileira eos governos de Manoel Ribas no Paraná: repressão em tempos de democracia einterventoria

Luciana Agostinho PereiraAthaides (UEM)*

A Ação Integralista Brasileira foi fundada em São Paulo no dia 7 de outubro de 1932, com a publicação do “Manifesto de Outubro”, pelo escritor e jornalista Plínio Salgado. Apesar de sua atuação política ter durado seis anos, é considerada “a mais importante organização fascista na história do Brasil” e a maior fora da Europa; foi também o primeiro partido político de massas do país e reuniu, segundo as estimativas mais modestas, de 500 a 800 mil adeptos. (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2003, p. 42).

No estado do Paraná, a instalação oficial de uma seção da AIB, chamada de “Província do Paraná”, ocorreu em julho de 1934, embora algumas pesquisas apontem para a existência de atividades integralistas desde 1932 (CHAVES, 1999; DITZEL, 2007). Ao longo da sua trajetória, o movimento local chegou a alcançar cerca de 40.000 filiados, distribuídos em 200 núcleos municipais e distritais (ATHAIDES, 2012a).

Segundo pesquisa recente do historiador Rafael Athaides (2012b), a AIB ganhou espaço no cenário político paranaense através de um significativo número de filiações e de resultados eleitorais expressivos nos pleitos municipais que ocorreram em setembro de 1935. Além de duas prefeituras e de metade de algumas câmaras de vereadores (como nas de Ponta Grossa e Rio Negro), o Integralismo se mostrou como a segunda força eleitoral do Estado, atrás somente do Partido Social Democrático, constituído pela elite governista.

O crescimento apresentado pelos camisas-verdes chamou a atenção do poder estadual, que passou a vê-los como forte ameaça aos interesses políticos estabelecidos. Destarte, mesmo antes de a polícia política ganhar o *status* que teria durante o Estado Novo, o governador Manoel Ribas pôs em funcionamento uma máquina repressora com características semelhantes às da Delegacia de Ordem Política e Social para perseguir os ‘novos subversivos’, isso em pleno período democrático. Pouco tempo após a divulgação dos resultados das eleições

de 1935, a AIB paranaense sofreu o que podemos chamar de 'repressão precoce', com o fechamento de todas as sedes do Movimento no Estado, entre abril e dezembro de 1936, antecipando assim, a situação que viria com o Estado Novo. (ATHAIDES, 2012a).

Rio Negro, Guarapuava e Teixeira Soares foram os primeiros núcleos integralistas a apresentarem conflitos com a polícia, nesses casos, a polícia local. No primeiro, em julho de 1935, o delegado municipal impôs algumas proibições o uso da camisa-verde, a exibição de filmes integralistas no cinema e desfiles. Embora a ação repressora fosse local, a ordem havia partido da Delegacia Auxiliar de Curitiba (predecessora da DOPS).

Todavia, naquele mês também ocorreram as primeiras ações repressivas de ordem sistemática no Estado, devido às comemorações do primeiro aniversário da Província paranaense, que seriam realizadas nos dias 21, 22 e 23 (ATHAIDES, 2012a). Na ocasião, a Delegacia Auxiliar não permitiu que os integralistas de Curitiba realizassem suas manifestações públicas, especialmente uma "marcha luminosa"ⁱ, que foi inicialmente contestada e depois proibida.

Com a proximidade das eleições municipais de setembro de 1935, o delegado da Delegacia Auxiliar, Walfrido Piloto, impôs aos camisas-verdes paranaenses as seguintes proibições: vestirem a camisa-verde, realizarem propaganda partidária, se reunirem em lugares públicos escolhidos pela AIB, organizarem caravanas, excursões e exibirem filmes.ⁱⁱ

Contra essas medidas, o Chefe Provincial paranaense, Vieira de Alencar, entrou com mandado de segurança no dia 3 de setembro, obtendo votação favorável aos integralistas. Porém, a partir de então, a AIB esteve em constante confronto com o governo de Manoel Ribas. No mês de outubro, dois eventos causaram profunda indignação nos integralistas em relação à postura policial: o primeiro ocorreu na cidade de Teixeira Soares, onde, mesmo tendo um prefeito integralista, a sede do movimento permaneceu fechada; o segundo se deu em Rio Negro, onde os camisas-verdes chegaram a sofrer agressões físicas da polícia local (ATHAIDES, 2012a).

Segundo Athaides (2012a), com o Estado de Sítio decorrente da Intentona Comunista, a partir de novembro, Ribas reforçou tanto o discurso anticomunista, quanto o antiintegralista; um dos exemplos dessa postura foi a censura imposta ao

Jornal *A Razão*ⁱⁱⁱ (que resultou no seu fechamento em 21 de dezembro de 1935) e o fechamento completo dos núcleos integralistas do Estado em abril de 1936. Manoel Ribas afirmava que os integralistas eram elementos subversivos e que possuíam material bélico estocado.

Além do fechamento das portas, parecia que o governador do Paraná estava interessado na extinção completa de qualquer vestígio da AIB no Estado. Com esse intuito, determinou algumas providências: a proibição do uso do distintivo e a retirada das placas nas sedes dos núcleos. Sobre o período de proscrição (abril a dezembro de 1936), Athaides (2012a) explica que a repressão do governo paranaense recaiu sobre qualquer manifestação política dos membros da AIB, mesmo que simbólica. No final do mês de junho, houve, com frequência, a prisão de vários integralistas apenas por usarem um pequeno sigma em seus paletós. Nesse momento, a polícia atuava de forma vigilante nos cafés, nas casas comerciais, barbearias, ruas, a procura de distintivos integralistas.

No interior, especialmente em Rio Negro (o segundo maior núcleo da Província) foi determinada também a proibição da circulação de periódicos da imprensa integralista nacional: as revistas *Anauê* e *Panorama* e o jornal *A Offensiva*. Além disso, a polícia revistou as casas dos maiores líderes locais do movimento.

A reabertura ocorreu em 3 de dezembro e foi justificada pelo governo Ribas pela necessidade da qualificação eleitoral para todos os partidos políticos, inclusive a AIB, que estava devidamente registrada no Tribunal Eleitoral. Embora não de todo isentos de perseguição policial, após essa data, os camisas-verdes paranaenses voltaram às suas atividades políticas, fundando núcleos, escolas e lançando a candidatura de Salgado para Presidente da República em todo o Estado (ATHAIDES, 2012b).

Não obstante, após a decretação do Estado Novo (novembro de 1937), uma nova onda repressora pairou sobre a “Província do Paraná”, porém, de forma mais virulenta. Na verdade, encontramos indícios de que, mesmo antes da implantação do Estado Novo, a 5ª Região Militar foi mobilizada juntamente com as forças policiais para reprimir os integralistas paranaenses. Telegramas de alguns chefes municipais, enviados a Plínio Salgado no mês de outubro, sugerem essa ação conjunta, com proibições de reuniões públicas da AIB (como por

exemplo, o impedimento da realização das cerimônias oficiais do movimento) e prisões de vários camisas-verdes no Estado. (Telegrama de Adelio Assis a Plínio Salgado, Teixeira Soares/PR, 08/10/1937, Top. Pi 37.10.08-1-OS, Fundo Plínio Salgado – A.P.H.R.C.).

Apesar de sempre ter enfrentado os poderes estabelecidos (municipais e estaduais) ao longo de sua história, a proscrição definitiva da AIB no Paraná – e em todo o país – ocorreu em 2 de dezembro de 1937. Isso se deu através da promulgação de um Decreto-lei ‘antipartidário’^{iv} por parte do recém-implantado Estado Novo de Getúlio Vargas, que estabelecia, nos seus primeiros artigos, proibições que se coadunavam com as características da Ação Integralista. (HILTON, 1977).

Para o Paraná, o Estado Novo não tardou em confirmar a manutenção do Governador, mais uma vez como Interventor, Manoel Ferreira Ribas no mais importante cargo do executivo estadual. Em uma entrevista, logo após a posse, ainda em 1937, Ribas deixou clara sua posição em relação à AIB (num período em que Vargas ainda estava de conchavo com os camisas-verdes):

Apresso-me a dizer-lhes que já fui apontado como inimigo número um do Integralismo, título, aliás, que muito me honra. Ao mesmo tempo não admito prurido comunista em terras do Paraná” (ALBUQUERQUE, 1994, p. 57).

Iniciava-se aí, portanto, a ‘segunda perseguição’ contra os integralistas que ocorreu durante a ‘Era Ribas’ (1932-1945), especificamente durante interventoria do período do Estado Novo, entre 1937 e 1945.

Apesar de serem poucos os estudos sobre a AIB no Paraná, os que se debruçaram sobre o tema não se concentraram no período do Estado Novo, muito menos na repressão sofrida pelo movimento local, através da ação da Delegacia de Ordem Política e Social.^v Por outro lado, as ações da DOPS/PR, como tema para a historiografia, já foram exploradas em relação aos nazistas (ATHAIDES, 2011), alemães(PEREIRA, 2010; SILVA, 2010), japoneses (SHIZUNO, 2010) e comunistas (MONTEIRO, 2007), permanecendo a lacuna no que concerne ao fascismo brasileiro, virulentamente ‘caçado’ pela DOPS após 1938.

No início daquele ano, ignorando um ‘acordo de convivência’ feito com Plínio Salgado antes do Golpe do Estado Novo, Vargas passou a intensificar uma

campanha antiintegralista, que impulsionou uma tentativa frustrada de tomada do poder pelos camisas-verdes. Segundo Rogério Lustosa Victor (2005), após sentirem a traição de Getúlio, alguns militantes se aproximaram de certos setores liberais insatisfeitos com o novo governo, passando a conspirar para a tomada do poder. O plano para depor o Presidente foi organizado nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraná e Rio de Janeiro. A ação, datada inicialmente para 10 de março de 1938, teria início na Capital Federal através da invasão da estação de rádio Mayrink Veiga, de onde emitiriam o sinal para estourar o levante em vários Estados. Todavia, esta primeira tentativa de golpe foi sufocada pela polícia antes mesmo de ser colocada em prática.

No entanto, os integralistas, juntamente com outros inimigos de Vargas, não desistiram e continuaram conspirando; o resultado foi o levante de 11 de maio de 1938, “que foi basicamente organizado pelos remanescentes da conspiração de março”. (VICTOR, 2005, p. 35). Contudo, a má organização dos envolvidos fez com que o plano falhasse novamente e a tentativa de tomada do Palácio Guanabara teve como consequência, a morte, a prisão e o exílio de alguns militantes, além de uma política repressora mais intensa contra os camisas-verdes.

Os documentos da DOPS/PR, que analisamos até o presente momento, mostram que a ramificação principal da Intentona no Paraná se estabeleceu em Ponta Grossa, embora haja indícios de que Curitiba também fosse alvo dos ataques. Desde a Intentona de março, contudo, o *Putsch* foi rapidamente sufocado pelas forças repressoras do Estado, com a descoberta dos planos em Ponta Grossa e a prisão de dezenas de militantes (*Pront. 1034, Eloy Costa, Top. 330, fl. 3, DOPS/DEAP-PR*).

Niltonci Batista Chaves (2001) afirma que, na cidade de Ponta Grossa, os integralistas mobilizados a favor da Intentona – e com possíveis conexões no Rio de Janeiro – utilizaram uma rádio clandestina, dirigida pelo militante Abílio Holzmann, para a transmissão de mensagens relacionadas ao primeiro levante de março. Segundo o autor, os militantes pontagrossenses com a senha “A saia verde está na ponta da escada!” dariam início ao movimento na região dos Campos Gerais.

Abílio, um dos líderes, foi preso antes do levante de março, porém, em sua pasta individual da DOPS/PR, há indícios de que o golpe teve seguimento sem sua presença. Testemunhas afirmaram ter ouvido através do rádio, a voz de uma mulher (possivelmente esposa de Holzmann), falando por três vezes a frase-chave na ocasião da Intentona de maio, além de fazer referência a um encontro com hora marcada. A documentação, portanto, sugere que, teria sido a esposa de Holzmann quem teria assumido a missão de levar o plano adiante. (Pront. 006, *Abílio Holzmann*, Top, 273, fl. 58, DOPS/DEAP-PR).

Após o evento, rapidamente reprimido, uma verdadeira caça aos camisas-verdes se instalou encabeçada pela DOPS/PR. Com isso, levantamos aqui a hipótese de que um **primeiro período de repressão** desenfreada aos integralistas teve início no Paraná, após os eventos que circundam as malogradas 'intentonas' integralistas em âmbito local.

O **segundo período** se estabeleceu juntamente com a 'caça aos nazistas', analisada por Athaides (2011), quando alguns integralistas, descendentes de alemães, foram 'convidados' a se apresentarem à DOPS após o rompimento do Brasil com os países do Eixo (janeiro de 1942). O que nos chama a atenção aqui, é que alguns desses indivíduos nunca haviam sequer sido mencionados na documentação e, só após aquela data, é que foram investigados. Alcançados invariavelmente de 'quinta-colunas', integralistas teuto-brasileiros (filhos de alemães nascidos no Brasil) foram acusados de atividades nazistas, por terem ingressado no fascismo brasileiro e carregarem um sobrenome alemão.

Podemos citar alguns casos que, embora contendo algumas especificidades, exemplificam essa ação policial. O primeiro é o de Oscar Witt que, ao contrário de outros indivíduos de origem alemã, possuía registro em seu prontuário, sem data marcada, como "um dos mais ardorosos adetos da extinta Ação Integralista Brasileira", tendo ingressado no movimento em 1934 e ocupado cargo de Chefe da 1ª seção do Departamento Técnico Provincial. (*Pront. 2977, Oscar Witt*, top 448, fl. 1, DOPS/PR, DEAP/PR). Em 17 de junho de 1941, o inspetor nº 27 comunicou ao delegado da DOPS que havia prendido Oscar Witt e que o mesmo estava à sua disposição na delegacia. No dia 20 daquele mesmo mês, o delegado colheu a declaração de Witt, que ficou em situação delicada em razão de dois fatos importantes: o primeiro, tinha em seu poder um "sabre" da AIB;

o segundo, confessou expor nas rodas de amigos sua simpatia pela causa alemã, descumprindo assim as normas da neutralidade brasileira diante da Guerra. Essa declaração teve como consequência, como mostra um ofício enviado ao diretor da penitenciária do Estado, a abertura de inquérito contra Witt, a prisão e sua submissão ao Tribunal de Segurança Nacional (*Pront. 2977, Oscar Witt, top 448, fl5, DOPS/PR, DEAP/PR*).

O segundocaso é o do comerciante Frederico Kobs, residente em Curitiba, que foi denunciado à polícia por ouvir emissoras de rádio alemães, já no período em que o Brasil havia rompido com os países do Eixo. Devido a isso, em agosto de 1942, foram determinadas buscas na casa de Kobs, onde foram apreendidos vários objetos ‘suspeitos’ como um revólver, munições, um facão, um rádio receptor e gasolina, além de fotos do investigado trajando a camisa-verde. Frederico foi detido imediatamente e o chefe de plantão encaminhou relatório, com relação dos objetos apreendidos para o Delegado da DOPS. (*Pront. 1310, Frederico Kobs, top. 347, DOPS/PR, DEAP/PR*).

Há indícios de que a polícia não sabia, até o momento da busca, que Frederico Kobs tinha sido filiado a Ação Integralista Brasileira. Assim, parece-nos que ‘a DOPS mirou no que viu e acertou no que não viu’. Isso pode ser atestado se observarmos a contracapa do prontuário de Kobs, onde ficam os antecedentes dos indivíduos prontuariados: não há qualquer referência de atividade política. Portanto, há evidências de que Kobs só chamou a atenção da DOPS devido a suspeitas de ligações com a Alemanha nazista. (*Pront. 1310, Frederico Kobs, top. 347, DOPS/PR, DEAP/PR*).

O último exemplo é do médico e dentista Waldemar Grummt, professor catedrático da Universidade do Paraná. O primeiro registro do prontuário de Grummt data de 1937, mas se trata apenas de um ‘clichê’ da polícia: todo militante que “votou em Plínio Salgado no plebiscito” interno da AIB, do qual a DOPS conseguiu uma lista teve a frase registrada no seu prontuário. O segundo registro, este sim referente a ‘ações subversivas’, data de 14/09/1942 (portanto, depois da declaração e guerra do Brasil ao Eixo) e aponta: “Detido para averiguações, pois, de longa data, esta Dops o sabia adepto fervoroso da causa dos países do ‘eixo’. Ex-integralista. Espírito germânico, apaixonado por tudo que diga respeito à Alemanha.” (*Pront. 3655, Waldemar Grummt, Top. 489, fl. 1, DOPS/DEAP-PR*).

Depois de preso, Grummt escreveu ao delegado da DOPS (Walfrido Piloto – o mesmo Delegado Auxiliar de 1935), tentando aclarar o equívoco que a DOPS cometera em prender um integralista como nazista:

Estou aqui ha mais de 14 dias e não vejo solução do meu caso. No curto interrogatorio que V. sr. me fez, notei que o meu delator, que Deus o perdoe, me acusava de ser nazista e que eu estava doutrinando a minha clientela com ideas nazistas. Ora isto é um absurdo, pois como lhe respondi, sou brasileiro e fui integralista e não nazista [...]. Fiz parte do integralismo até a sua dissolução. Entrei para o mesmo com perfeito conhecimento de que era uma doutrina completamente diferente da nazista. O nazismo é um fenomeno alemão bazeado no jus sanguinis. So recebe elementos alemães [...]. O integralismo foi um fenomeno brasileiro que recebia adeptos de nacionalidade brasileira, sem distinção de raça, cor ou credo. Ele tinha portanto, a baze do jus solis. Dizer que o integralismo era nazismo é uma estupidez, pelo menos uma ignorância [...]. Quando em seguida a minha afirmação de que eu era brasileiro, que sempre cumpriu as suas obrigações, o Sr. me disse que eu usava a nacionalidade de brasileiro para cobrir um alemão, isto me feriu mais ainda [...]. O simples fato de eu ter sido integralista, deveria bastar para excluir a hypostese do Sr. ter na sua frente um nazista [...]. O simples fato de Hitler dizer que os descendentes de alemães no mundo são alemães não faz de mim um alemão [...]. Sr. Dr. Valfrido Piloto! Apesar do Sr. me ter dito que eu era um alemão com manto de brasileiro, tenho a dizer que sou brasileiro nato, reservista de 1ª categoria, e não um poltrão; até a presente data cumpro as minhas obrigações, quer diante da patria, quer diante da sociedade, e quer diante da minha familia. Sí, portanto, o passado de uma pessoa serve para se julgar o seu futuro, creio que nada mais tenho a dizer (*Pront.* 3655, top. 489, fl. 18-21, DOPS/PR, DEAP/PR, grifos nossos).

Na verdade, a associação nazi-integralista, forçada pela DOPS, era a típica expressão do *modus operandi* de uma polícia com caracteres totalitários: segundo Athaides, “Grummt entendeu que a DOPS julgava, no presente, o seu passado (como integralista, mesmo em regime constitucional) e o seu futuro (sua capacidade de ser algo ‘pernicioso’ doravante)” (2012a, p. 165).

Em resumo, nossa pesquisa levantou até aqui alguns elementos importantes para a compreensão das políticas repressoras contra o fascismo brasileiro no Paraná. (1) A repressão aos integralistas durante o Estado Novo, não era novidade no Paraná, uma vez que no período democrático (1934-1937), Manoel Ribas chegou a colocar o movimento na ilegalidade, se aproveitando de leis de exceção. (2) Após a decretação do Estado Novo, como sugerem as evidências da DOPS, duas fases um tanto distintas podem ser observadas quanto aos motivos da repressão ao integralismo em âmbito estadual: a primeira

justificada como retaliação à Intentona, a segunda, como prevenção contra o 'quinta-colunismo nazi-integralista'.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestranda em História pela Universidade Estadual de Maringá. Bolsista da CAPES. Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.

ⁱ Essa marcha consistiria num desfile dos integralistas, carregando tochas acesas, pelas principais ruas de Curitiba, no dia 23 de julho de 1935 (ATHAIDES, 2012 a).

ⁱⁱ Essas medidas foram justificadas através dos seguintes argumentos: "A previsão de acontecimentos graves no Estado, tendo em vista os conflitos sangrentos provocados em vários pontos do país [...] por elementos integralistas; Como medida assecuratória da ordem pública, estritas condições foram baixadas pela Delegacia Auxiliar para a realização de reuniões públicas (o que incluía determinação única do lugar – Praça Oswaldo Cruz – e censura prévia na pauta); A desobediência integralista quanto à organização de milícias, proibida pela Lei de Segurança Nacional (em outros termos, todo partidário uniformizado foi considerado um integrante de milícia armada) (ATHAIDES, 2012a, p. 202).

ⁱⁱⁱ Maior periódico estadual do movimento integralista, que recebeu esse nome em homenagem a um jornal pré-integralista de Plínio Salgado, publicado em São Paulo.

^{iv} Decreto-Lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937, "Dispõe sobre partidos políticos".

^v No que concerne à historiografia geral do integralismo, apenas um trabalho de fôlego se dedicou à relação dos camisas-verdes com a Delegacia de Ordem Política e Social: a tese de doutoramento de Giselda Brito da Silva (2002), que abordou de forma extensa a repressão estadonovista aos integralistas, tomando o estado de Pernambuco como uma espécie de 'estudo de caso' e utilizando a documentação da DOPS/PE.

BIBLIOGRAFIA:

ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. *Manoel Ribas: o Mito que Ficou*. Curitiba: s. ed. 1994.

ATHAIDES, Rafael. *As Paixões pelo Sigma: Afetividades Políticas e Fascismos*. 2012a. 297 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

_____. Militância integralista em tempos de proscricção: Manoel Ribas e a precoce repressão à AIB no Paraná (julho de 1935 – dezembro de 1936). In: BERTONHA, J. F. *Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil: integralismo, fascismos e repressão política no entre-guerras e além*. Maringá: EDUEM, 2012b (no prelo).

_____. *O Partido Nazista no Paraná 1933-1942*. Maringá: EDUEM, 2011.

CHAVES, Niltonci B. A saia verde está na ponta da escada: as representações discursivas do Diário dos Campos a respeito do Integralismo em Ponta Grossa. *Revista de História Regional*, v. 4, n. 1, 1999.

DITZEL, Carmencita H. M. *Imaginário e representações: o integralismo nos Campos Gerais*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

_____. Verde que te quero verde: O integralismo no Campos Gerais. *Revista do Programa de Pós Graduação em História*, Florianópolis, v. 8, p. 33-50, 2000.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 – 1938). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (ORGs). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 39-62.

MONTEIRO, Claudia. *“Fora dos trilhos”*: as experiências da militância comunista na rede de viação Paraná-Santa Catarina (1934-1945). 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PEREIRA, Márcio José. *Politizando o Cotidiano*: Repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá.

SHIZUNO, Elena Camargo. *Os imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial*: bandeirantes do oriente ou perigo amarelo no Brasil. Londrina /PR: EDUEL, 2010.

SILVA, Giselda Brito. *A Lógica da Suspeição contra a Força do Sigma*: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco. 2002. 247 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Micael Alvino. *Vigilância aos súditos do Eixo na parte brasileira da Tríplice Fronteira*. 2010. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O Integralismo nas Águas do Leste*: História, Memória e Esquecimento. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

FONTES:

Telegrama de Adelio Assis a Plínio Salgado, Teixeira Soares/PR, 08/10/1937, Top. Pi 37.10.08-1-OS, Fundo Plínio Salgado – Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.

Pront. 1310, Frederico Kobs, top. 347, DOPS/PR, DEAP/PR

Pront. 2977, Oscar Witt, top 448, fl. 1, DOPS/PR, DEAP/PR